

Economia Política nos Estados Unidos da América

WILLIAM REX CRAWFORD

Adido cultural à Embaixada norte-americana
no Brasil

(Conferência pronunciada em 12 de janeiro último, sob os auspícios da Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P.)

DE tôdas as ciências sociais, nenhuma ocupa nos Estados Unidos um lugar mais importante do que a economia política. O americano sente que os problemas que nossa geração encara são essencialmente econômicos, porque até na política os fatores econômicos parecem decisivos.

Da história nenhuma outra década pode rivalizar com esta com respeito ao número de economistas, nem à quantidade nem à variedade da sua produção. O interesse do público pelas questões econômicas é também notável.

Durante os últimos doze anos nos EE.UU. havia tantos estudantes superiores de economia como no período de vinte cinco anos entre 1904 e 1928. Notáveis neste sentido são as universidades de Columbia, Chicago, Wisconsin e Harvard.

Entre 1929 e 1942, o Instituto de Economia da "Brookings Institution" publicou 58 monografias, além de 46 folhetos. Depois de dois anos e nove meses de pesquisas cuidadosas, o "Temporary National Committees" já elaborara, em 1941, 43 monografias. Outros estudos cooperativos de alta importância saem do "National Bureau of Economic Research" e do "National Industrial Conference Board". Respondendo aos ataques contra as empresas particulares, a "National Association of Manufacturers" distribuiu milhares de folhetos de caráter popular.

As tentativas para divulgar a ciência econômica nasceram como resposta aos pedidos da gente ansiosa de compreender os acontecimentos inquietantes de nosso tempo, de saber o que significavam os "feriados bancários", a depreciação do dólar, a inflação. Com a chegada duma economia de guer-

ra, que tem efeitos cotidianos na vida do povo inteiro, tal interesse tornou-se ainda mais intenso. Sem conhecimentos econômicos, quase não é possível ser jornalista agora.

Entre as obras populares que apareceram, devemos mencionar as de GEORGE SOULE (*The Useful Art of Economics*, 1929; *A Planned Society*, 1932; *Strength of Nations*, 1932). Também as de STUART CHASE (*The Tragedy of Waste*, 1929; *Idle Money, Idle Men*, 1930; *The Nemesis of American Business and other Essays*, 1931; *The Road We Are Travelling*, and *Goals for America*, 1942), de EMILE BURNS (*The Only Way Out*, 1933; *Money*, 1938) e de THURMAN ARNOLD (*The Folklore of Capitalism*, 1937) e de MORDECAI EZEKIEL (*\$ 2500 a Year*, 1936).

A compreensão dos princípios e problemas econômicos foi levada a efeito também pela introdução da matéria no ensino secundário e pelo aumento de instrução nos "colleges" ou faculdades de filosofia, letras e ciências. Em toda parte maior atenção se deu aos problemas, à aplicação dos princípios. Cursos sobre o trabalho multiplicaram-se. A economia comparada entrou nos programas de estudos.

Paralelamente ao interesse, achamos uma verdadeira avalanche de manuais novos e reeditados. Poucas matérias têm a abundância de manuais que tem o primeiro curso de economia política.

A influência poderosa do grande inglês, ALFRED MARSHALL, continuava. Demonstrou-a a oitava edição do famoso *Principles of Economics* (1930), e também os comentários por motivo de seu falecimento. Muitos pioneiros norte-americanos morre-

ram durante êstes anos (Ely, J. B. Clark, Hadley e outros), mas sem retardar o movimento da referida ciência. Uma atitude mais crítica era evidente em obras como a de SLICHTER (1931). No ano de 1932, BROADUS MITCHELL, da universidade de Johns Hopkins, distinguiu-se como o primeiro economista agressivo de reforma, a insistir na necessidade em que se encontra o economista de fazer, de preferência a conhecer e comentar a bibliografia da economia política, deveria despertar o desejo dos estudantes no sentido de melhorar o mundo, deveria atuar também fora da aula.

Ao chegar o "New Deal", a publicação de manuais, a revisão dos antigos, tudo aumentou consideravelmente. Entre os livros de caráter geral, podemos notar KIEKHOFFER (*Economic Principles, Problems and Policies*, 1936), o teórico *Principles of Economics*, 1937, por GARVER e HANSEN; as obras de KNIGHT (*Economic Principles in Practice*, 1939), BLODGETT (*Principles of Economics*, 1941), e BYE (*Principles of Economics: a Restatement*, 1941). Êste último, em uma quarta edição, reflete tendências novas a entrar na discussão de sistemas monetários controlados, da concorrência monopolística, dos contrôles dos negócios internacionais. Livros notáveis de natureza muito especializada são os de CHANDLER, sobre a teoria monetária (1940), de ESTEY, sobre os ciclos econômicos (1941), embora a obra de WESLEY MITCHELL sobre as crises permanecesse padrão. O progresso mais notável, porém, é o do terreno novo da economia comparada. O primeiro manual que apareceu foi o de HOOT e LOUCKS (*Comparative Economic Systems*, 1938), seguido dois anos depois por SIKES (*Contemporary Economic Systems*). Ambos seguem o mesmo plano, a discutir o capitalismo, a teoria do marxismo, o socialismo, a União Soviética, o fascismo na Alemanha, na Itália, e o movimento de cooperação.

Continuava a tendência para formarem os ramos especializados, disciplinas separadas da ciência originária. Estas filiais de caráter prático ou profissional (a indústria, a finança, os seguros, etc.) até tornaram-se mais importantes do que a matriz. O estudante que começou no primeiro ano cursando teoria, só no último ou como graduado voltou do prático para outro estudo teórico. Os próprios economistas criticaram essa tendência.

De valor inestimável à profissão econômica foi o trabalho excelente da "American Economic Asso-

ciation". E' dirigida em nosso tempo por pensadores insignes como GAY, RIPLEY, MILLIS, J. M. CLARK, HANSON, VINER, MILLS, SLICHTER, e atualmente por NOURSE. Anualmente reúne nas famosas *Round Table Discussions* os economistas do maior relêvo. Publica a célebre revista "American Economic Review", que aparece quatro vêzes por ano e tem uma seção bibliográfica magnífica. O "Quarterly Journal of Economics" continuava conhecido por meio de seus eruditos artigos escritos pelos grandes economistas da Inglaterra e dos Estados Unidos. Havia um intercâmbio contínuo entre os dois países de modo tal que a história da economia política na América do Norte não constitui fenômeno isolado. Até o ano de 1937, o grande mestre TAUSSIG, de Harvard, foi o seu redator-chefe. Também temos de notar o "Journal of Political Economy", e o "Southern Economic Journal", a partir do ano de 1933. Havia grande número delas de natureza mais especializada.

Não se pode afirmar que tôdas as revistas e todos os professores chegaram a ministrar uma direção unânime ao país. Continuavam reagindo ante os problemas do dia como individualistas, não querendo aceitar uma responsabilidade coletiva como profissão, antes defendendo que lamentando os desacôrdos entre os economistas. O acôrdo que induziu mais de mil dêles a assinar um protesto contra a lei alfandegária de HAWLEY e SMOOT e a política proposta pela "Commission of Inquiry into International Economic Relations" são exceções de muito valor, mas, infelizmente, sem grande efeito prático.

Em face duma produção tão enorme como a da economia política nos Estados Unidos, levada a cabo com muita habilidade e com técnicas aperfeiçoadas durante século e meio, parece pouco airoso criticar os economistas por se limitarem a êsse século e meio. Não é a única crítica. Poderíamos dizer que evitam atuar, prognosticar, assumir responsabilidade perante a sociedade de hoje, que preferem comentar o já acontecido, provar a impossibilidade do que depois acontece, insistir que as leis da economia fazem impossível a mudança, em vez de ser a economia uma arte que pode ser o instrumento da mudança. Até havia dentre os críticos quem conhecia tôda essa produção (se um só homem o pode) e tudo julgou insuficiente. GEORGE SOULE é um crítico desta escola. No ano de 1942, êle ridiculizou o "homo eco-

nomicus" e outros aspectos da economia clássica, dedutiva; criticou também escolas modernas como a economia institucional, por ter-nos dado uma série de microfotografias, mas nenhuma teoria geral. Os economistas deste último grupo aprendiam cada vez mais com respeito aos fatos, mas não ousavam propor hipóteses.

SOULE percebeu os resultados da antropologia e da sociologia, que crêem que nenhuma instituição é explicável à base da interação atômica dos indivíduos; com estas ciências criticou a economia por seu descuido dos elementos culturais. Diz que não lhe causa estranheza o fato de ter o mais excêntrico e interessante dos economistas americanos, Veblen, achado bom olhar a vida econômica pelos olhos da antropologia. Uma falha mais grave parece estar no fato de que a economia, na frase de SOULE, consiste em "teoria sem fatos, e fatos sem teoria". Sendo o caso assim, é natural que a economia esteja "num estado tão primitivo que o mundo inquieto não acha auxílio nela". Procurando uma maneira de ser "o novo conhecimento do indivíduo e das forças sociais útil à teoria econômica" propõe ousadamente que no futuro "exigiremos que o estudante curse não uma só ciência, senão tôdas". Quer incluir os valores neste estudo, porque "a ciência tem de compreender como o homem escolhe valores, como tem de compreender o sistema cárdio-vascular". Até pensa SOULE que a ciência pode desempenhar um papel dinâmico na criação dos valores, porque num mundo racional os valores, os objetivos derivam duma ciência social viva, e serão mais benéficos, mais sujeitos a uma crítica razoável, mais capazes de se mudar do que os valores que dependem da tradição, do dogma. Num mundo de cientistas assim adestrados, a organização de institutos com um corpo de técnicos permitirá aos governos dirigirem-se a tais institutos para resolverem seus problemas, para aumentarem "a força das nações", que é o título do livro de SOULE. Este livro é desses que se chamam "desafiantes". É verdade que não é ortodoxo, e que vamos obter uma idéia mais completa da economia política ao voltarmos para autores menos extravagantes.

Ao examinarmos o período descobrimos muita análise e crítica das medidas propostas para resolver os problemas práticos. Sistemas teóricos de alta novidade não há. Pergunta-se como veio a crise, como vamos sair dela? Seria o "New Deal"

a solução, ou talvez o sistema comunista ou fascista? Que fazer com respeito à desocupação, ao ouro, aos monopólios, à inflação, à dívida nacional, ao aumento menos rápido da população? Como financiar a guerra? Como evitar uma crise ao desmobilizar as forças armadas e voltar para uma economia de paz? Estas eram as questões importantes para nossos economistas. A maneira de responderem ao desafio é o tema do resto deste ensaio.

Para descobrir as origens da crise era necessário examinar o sistema econômico em todos seus aspectos. Vários economistas ingleses e americanos analisaram a situação. Alguns insistiram na velha teoria solar. LIONEL ROBBINS, da escola de Londres (*The Great Depression*, 1934) responsabilizou a intervenção do Estado e seus maus procedimentos bancários. STRACHEY, na Inglaterra, e LEWIS COREY, nos Estados Unidos, fizeram esforços para ligar a interpretação marxista com a situação no mundo anglo-saxônico. O livro de COREY, *The Decline of American Capitalism*, (1934) foi muito lido. Em 1933 o presidente Butler, da Universidade de Columbia, nomeou uma comissão de 17 economistas sob a direção de Robert MacIver para estudar a crise econômica; os engenheiros também fizeram uma indagação, "The National Survey of Potential Product Capacity", e, terminados esses estudos, publicou-se *The Chart of Plenty* (1935).

O mais penetrante, porém, e por certo o mais conhecido dos estudos sobre este tema foi o da "Brookings Institution" de Washington. Em quatro tomos, também apresentados como folhetos (*America's Capacity to Produce, America's Capacity to Consume, The Formation of Capital, and Income and Economic Progress, 1934-1935*) ficou demonstrado que há um desequilíbrio crescente na distribuição da renda nacional, que este desequilíbrio aumenta à proporção da renda total que se inverte, o que diminui a procura dos artigos de consumo, e que finalmente esta redução afasta os motivos para formar capitais. É justo acrescentar que não só as conclusões foram inaceitáveis para muitos, mas também foi considerada não válida a base estatística.

ALVIN HANSEN, nos livros *Economic Stabilization in an Unbalanced World* (1932), *Full Recovery of Stagnation* (1938) e em outros escritos, percebeu o fenômeno demográfico, a cessação da

imigração; admitiu a necessidade de passar duma economia de expansão para uma economia mais madura e adivinhou que o preço da estabilização não seria excessivo. Antecipou a persistência de capitais particulares, crescendo absolutamente, mas com muita participação do govêrno, que com o tempo chegaria a ser o elemento dominante. O mesmo reconhecimento da tendência para uma economia cada vez mais política aparece no pensamento de MILLS. "E' um fato decisivo para nossa geração e importantíssimo para a ciência econômica que não devemos mais esperar do arbitramento do mercado o ajustamento completo de meios e fins, nem a solução espontânea do problema econômico".

Não foi somente o choque inicial da crise que exigiu explicação, mas sua longa persistência. As cifras desastrosas dos desocupados até 1937, quando a produção se aproximava da de 1929, foram explicadas pela proporção aumentada da população que procurava emprêgo. Outros analisando o mesmo período inclinaram-se para o pessimismo e acharam a economia americana estagnante ou minguando relativamente à população. Entre 1919 e 1929, a renda real por pessoa aumentou 2,6 % por ano, o que não se produziu entre 1929 e 1937. Havia possibilidade de aumentar a produção, mas se perdia talvez um quarto da produção possível por causa dos sem trabalho.

O nosso período é rico de estudos impressionantes em vários campos especializados. Chamam nossa atenção os estudos da concentração econômica, do monopólio e da concorrência imperfeita. HARRY LAIDLER, em *Concentration of Control in American Industry* (1931) não desanimou, tendo a convicção de bom socialista que os trustes aprontam "o dia", porque não podemos voltar aos tempos da pequena indústria. FRANK A. FETTER no mesmo ano (*The Masquerade of Monopoly*) asseverou ser o monopólio uma terra incógnita através da qual incumbe à economia abrir caminho, porque os tribunais e o Ministério da Justiça tinham se perdido e estavam pouco dispostos a procurar o auxílio do economista. BONBRIGHT e MEANS examinaram *The Holding Company* (1932) e porque desempenha um papel tão grande na vida americana. A obra mais importante neste sentido é sem dúvida *The Modern Corporation and Private Property* (1932) por BERLE e MEANS. Estes autores chegam à conclusão impressionante de terem

as 200 sociedades anônimas maiores (de caráter não bancário) sob o seu domínio a quinta parte da riqueza total dos Estados Unidos.

Esta obra foi seguida pela obra de CHAMBERLIN, *Theory of Monopolistic Competition* (1933), estudo teórico dos problemas no terreno do que não é nem monopólio nem concorrência. Do mesmo caráter é *The Decline of Competition* (1936), por ARTHUR BURNS. O livro *Big Business: Its Growth and its Place* (1937) editado por BERNHEIM em nome da "Twentieth Century Fund", demonstra como a concorrência se ia substituindo por outra coisa em várias indústrias, indicando formas de concentração que não se prestam a uma análise estatística. THURMAN ARNOLD, do Ministério da Justiça, assinalou a ameaça da organização monopolística em *The Bottlenecks of Business*, 1940. O Congresso respondeu à pressão exigindo uma investigação das mudanças rápidas devidas às grandes indústrias e aos novos métodos de vender e nomeou o "Temporary National Economic Committee", comissão que mandou fazer várias investigações e publicou entre outras coisas o valioso relatório *Investigation of Concentration of Economic Power*. A comissão estudou a situação, indústria por indústria, e achou quase impotente o consumidor, *vis-à-vis* com o poder gigantesco da indústria. "Não há agência do govêrno encarregada de promover o bem-estar do consumidor em geral ou de ajudá-lo a gastar seu dinheiro, com a mesma generosidade que mostra para com o negociante".

Os interesses do consumidor produziram aqui e acolá um curso sobre o consumo e a publicação de livros como os de WYAND e de GORDON. Praticamente os consumidores organizaram-se em várias formas para promover seus interesses, criando um movimento conhecido por um quarto talvez do povo americano, na maior parte gente abastada. *The Consumer Movement*, por HELEN SORENSON, é um relatório excelente das finalidades, organização e nexos desse movimento com o mundo dos negócios, recomendável aos leitores estrangeiros que queiram conhecer a vida econômica da América do Norte.

O mais poderoso dos movimentos dos consumidores é o cooperativo, movimento que, no passado, fracassou sempre nos Estados Unidos. A sua história e os seus méritos são o tema de *Cooperative Democracy*, por WARBASSE, e *Consumers' Coopera-*

tion in America, por FOWLER, enquanto o que fêz pela Suécia é elogiado por MARQUIS CHILDS em *Sweden: the Middle Way* (1936). Mais recentemente, KRESS deu o título modesto de *Introduction to the Cooperative Movement*, ao seu livro. Os ingleses CARR-SAUNDERS, FLORENCE e PEERS (*Consumers' Cooperation in Great Britain*) se propuseram fazer um estudo histórico e objetivo para "descobrir o caráter e significação dum grande movimento complexo duma importância mais do que nacional" e, ao fazê-lo, chegaram à conclusão de estar o movimento certo na sua insistência nas necessidades humanas (antes que nos benefícios dos negócios), na predominância que dá ao consumidor, e louvaram sua tendência expansiva, seu cuidado de não dissipar materiais nem homens.

Notável nestes últimos anos foi um novo interesse, por MARX e pelo apregoamento de serem sem solução os males de nosso sistema, a não ser por uma transformação total. Traduções e novas edições de MARX apareceram em grande número. Entre os comentários encontramos *Towards the Understanding of Karl Marx*, por SIDNEY HOOK; *An American Looks at Karl Marx*, por BLAKE; *Marxism: an Autopsy*, por H. B. PARKES. LOUIS HACKER, numa obra histórica, *The Triumph of American Capitalism* (1940), sustentou que o capitalismo, nosso guia durante três séculos foi um êxito, que nos deu a idéia igualitária, mas não é de supor que para o autor encerra o capitalismo a solução do futuro. JOSEPH SCHUMPETER, a resumir quarenta anos de estudos marxistas em *Capitalism, Socialism and Democracy* (1942), concluiu que o capitalismo não podia sobreviver, mas também não olhava com simpatia a emergente profissão política. JEROME DAVIS, mais sociólogo do que economista, examinou *Capitalism and its Culture* (1935) e criticou severamente os efeitos do sistema na vida do cidadão.

No outro extremo achavam-se os economistas panglossianos, para os quais o universo seria perfeito, não fôsse o regime de Washington tão injusto para o homem de negócios. CARL SNYDER, num livro quase rapsódia (*Capitalism the Creator*, 1940) falou ao grande público, cantou os triunfos do capitalismo nos dias em que operou sem crises. A criação da riqueza, disse, é obra de alguns indivíduos, cujo valor para a sociedade é maior do que o dos poetas, músicos e pintores. O método de criar a riqueza é a acumulação de capitais, re-

centemente nas mãos das grandes sociedades anônimas. Não tenhamos medo delas; a propriedade é dividida e espalhada como nunca antes. O capitalismo, que já aboliu a escravidão, pode fazer outros milagres. Para SNYDER, quase todo o progresso humano se deve ao capital; deixado só continuaria criando-se a si mesmo.

Uma grande parte da discussão destes últimos anos se originou da palavra — de aparência inócua — "planejar". As inteligências agudas perguntaram como se faria e por quem. Mas o relatório da comissão de Columbia, a que já se aludiu, insistiu no planejamento econômico sob a direção do governo. GEORGE SOULE (*A Planned Society*) disse que nós tínhamos planejado, na guerra, a união soviética na paz; como não iríamos planejar outra vez? SOULE não negou certas dificuldades. Para muitos, os planos significam política, e a política é desacreditada. Muitos opõem-se à concepção ou são apáticos. Herdamos uma sociedade concorrente, individualista, que resiste à idéia de plano. O liberalismo não está disposto a planejar.

Economistas insignes como MORDECAI EZEKIEL e SUMNER SLICHTER acham boa, por vaga que seja a definição. SLICHTER preferiu planejar os preços e não os produtos, mas confessou que qualquer plano completo é difícil num sistema de lucro, exigindo mesmo sua abolição. Perguntou-se: como vamos seguir uma política de intervenção na vida econômica e ao mesmo tempo manter a Constituição? Aliás, a "expertise" da gente que planeja é duvidosa.

GEORGE PETERSON (*Diminishing Returns and Planned Economy*, 1937) analisou a relação da teoria clássica com o planejar numa sociedade dinâmica, assinalando a frequência, até o ensino, dos planos particulares; é só a concepção duma coisa mais complexa que precisa ser explicada e pregada. "Simposia" sobre o tema foram compostos por MACKENZIE (*Planned Society Yesterday, Today, Tomorrow*, 1937) e GALLOWAY (*Planning for America*, 1941). Insistiram em sermos uma sociedade que planeja antes que uma sociedade planejada. Temos de saber que os planos não limitam, abrem caminhos para uma vida mais ampla. Um pouco antes da guerra havia pelo menos 230 agências de planejamento nos Estados Unidos. Com a guerra, a função de fazer planos centralizou-se necessariamente.

Tínhamos, naturalmente, muito interesse pelas sociedades felizmente ou infelizmente mais adiantadas neste sentido do que nós. Os economistas fizeram, com um zelo e uma objetividade de muito superiores aos dos sociólogos, relatórios sobre a estrutura e a vida econômica da Alemanha, da Itália, da Rússia. Nosso desejo de informações podia satisfazer-se lendo obras como *Russia's Productive System*, por EMILE BURNS (1931), *The Economic Life of Soviet Russia*, por CALVIN HOOVER (1931), *The Russian Financial System*, por REDDAWAY (1935). Este demonstrou que uns 75% das despesas capitais foram financiadas pelo orçamento do governo, e que o investimento de fundos se fazia sem preocupação de juros. Este procedimento evita o desperdício de braços pelo desemprego, mas traz a tentação de empregá-los com prodigalidade.

A economia italiana aparece nas obras de EINZIG e WELK, a da Alemanha em *The Spirit and Structure of German Fascism*, por ROBERT BRADY (1941). BRADY acha também em outros países muita influência no mesmo sentido, embora até o momento especialmente persuasiva (e não compulsiva). Ele indicou "o tipo de argumento, a orientação dos elementos, o caráter das instituições, as atitudes mentais, com que o fascismo constrói sua propaganda". A senhora MAXINE SWEEZY, em *The Structure of the Nazi Economy* (1941), ficou impressionada pela complexidade enorme da intervenção estatal; segundo ela, o regime, apesar de êxitos importantes em pouco tempo, estava decadente, eficiente só na guerra e no imperialismo, explorado pelo grupo parasitário dentro do partido que tinha criado.

Nosso interesse por nossa própria vida econômica espelhou-se num nunca-acabar de artigos, folhetos e livros tratando de nossas indústrias e nosso governo.

Mesmo começando com uma indústria particular, como no enorme *The Economics of the Iron and Steel Industry* (1937) por DAUGHERTY, CHAZEAU e STRATTON, terminamos falando do governo.

Em outras ocasiões o interesse político é patente. A maior parte da legislação de caráter econômico pouco devia aos economistas, e estes eram críticos severos, insistindo em efeitos remotos que os políticos facilmente esquecem. Favoreceram as obras públicas mas GAYER apontou que no passado nunca houve um plano criteriosamente adota-

do. Favoreceram o seguro social, mas BURNS, DOUGLAS, HARRIS, MILLIS e MONTGOMERY criticaram a legislação promulgada.

Em matéria bancária e monetária o *Treatise on Money*, por KEYNES, foi o ensaio mais discutido mas o erudito livro *Theory of Prices*, por MARGET, (1938, 1942) é louvável, e *The Federal Reserve System*, por WARBURG, indispensável. O venerando professor de Yale, IRVING FISHER, continuou provocando discussão com seu 100% *Money*.

O tema dos salários pagos foi estudado demoradamente por DOUGLAS, que dedicou seis anos ao importante *Real Wages in the United States, 1890-1926*, trabalhando 18,000 horas e fazendo três milhões de cálculos, para chegar à conclusão de que "a condição dos operários americanos esteve estacionária entre 1895 e 1914", embora depois melhorasse. O mesmo DOUGLAS é autor, com AARON DIRECTOR, de *The Problem of Unemployment*. Vejam também BAKKE — *The Unemployed Man*.

O problema do trabalho recebe um tratamento simpatizante, histórico, no livro de NORMAN WARE com o título *Labor in Modern Industrial Society*. Se nós não trabalhamos com os sindicatos, teremos mais controle do governo, conclui. SPERO e HARRIS escreveram a melhor obra sobre *The Black Worker*, e GOLDEN e RUTTENBERG, em *Dynamics of Industrial Democracy*, um "case-book" de relações industriais.

Da bibliografia de economia internacional, sai a obra completíssima de VINER — *Studies in the Theory of International Trade*. FRANK GRAHAM em *Protective Tariffs* acha pouco razoável uma tal legislação agora, mas confessa que qualquer transição para o "free trade" será difícil. Manter a legislação atual só pode custar-nos como nação para enriquecer a um grupo limitado. JOSEPH JONES, de acordo, documentou os efeitos internacionais da lei Hawley-Smoot.

A tendência para empregar e apurar o lado estatístico e matemático continuou KUZNETS produziu sua obra admirável sobre a renda nacional. Outros dados vieram do "Bureau of Labor Statistics", sob a direção de Isidor Lubin. DAVIS chamou a atenção com seu livro *Theory of Econometrics*, como ciência exata.

Não podemos terminar nossa bibliografia sem mencionar o *Institutional Economics*, do venerando JOHN COMMONS, e a atraente *History of the*

Business Man, por MIRIAM BEARD. *Miss BEARD* começa com o tempo de Homero e termina com o "business man" de hoje "procurando no fascismo um mito que lhe evite o trabalho de reconstruir a sua fé em si ou de examinar o seu credo e caráter". Completamente *sui generis* é o livro de SCHUMPE-TER sobre *Business Cycles*, a um tempo histórico, estatístico, teórico; não oferece nenhuma política, nenhum plano, nenhuma conclusão simples.

Com a guerra, encontramos novos aspectos da economia. HARRIS dá *The Economics of American Defense*, reeditado no ano 1943 com o título *Economics of America at War*, ambos de grande valor. SPIEGEL (*The Economics of Total War*) analisa as causas da guerra, os meios para ganhá-la, as conseqüências que vão exigir inteligência e ação vigorosa.

Nestes dias, foram muitos economistas para Washington, para ajudar a resolver mil problemas. Ali deixámo-los a discutir se teremos fatalmente outra crise, se temos de ficar alarmados pela dívida ou não, a ler o novo livro do presidente da associação (NOURSE: *Price-Making in a Democracy*), cheio de excelentes conselhos que o sábio autor não espera ver seguidos. Deixámo-los admitindo que as questões fundamentais ficam até o momento sem resolver. Nosso sistema seria o melhor, capaz de realizar os objetivos das instituições econômicas? Pode produzir uma evolução progressiva da economia? Elevar o padrão de vida? Pode resolver o problema da instabilidade, da recorrência de períodos dum utilização insuficiente de homens e coisas? Podemos sem sofrer demais passar dum época de crescimento e expansão para o não sabemos o que é, que nos espera? Podemos encontrar as novas indústrias que parecem sempre necessárias, e que não apareceram na última década? Podemos forçar-nos a aceitar os preços baixos que são necessários se vamos avançar tecnologicamente? Pode a economia, se tem as respostas a tais perguntas, deixar de seguir a opinião pública e a prática do govêrno para influir nos acontecimentos? Pode a economia política voltar a ser o conselheiro ouvido pelos estadistas?

BIBLIOGRAFIA SÔBRE ECONOMIA

1. GEORGE SOULE — *The Useful Art of Economics* — Macmillan Co., New York, 1929.
2. GEORGE SOULE — *A Planned Society* — Macmillan Co., New York, 1932.
3. GEORGE SOULE — *Strength of Nations, A Study in Social Theory* — Macmillan Co., New York, 1942.
4. STUART CHASE — *The Tragedy of Waste* — Macmillan, New York, 1929.
5. STUART CHASE — *The Nemesis of American Business* — Macmillan, New York, 1931.
6. STUART CHASE — *Idle Money, Idle Men* — Harcourt, Brace & Co., New York, 1940.
7. STUART CHASE — *The Road We are Travelling* — Twentieth Century Fund, New York, 1942.
8. STUART CHASE — *Goals for America* — Twentieth Century Fund, New York, 1942.
9. EMILE BURNS — *The Only Way Out* — International Publishers, 1932.
10. EMILE BURNS — *Money* — Ryerson Press, Toronto, 1938.
11. MORDECAI EZEKIEL — *\$2500 a Year, from Scarcity to Abundance* — Harcourt Brace, New York, 1936.
12. THURMAN WESLEY ARNOLD — *The Folklore of Capitalism* — Yale University Press, New Haven, 1937.
13. BROADUS MITCHELL — *A Preface to Economics* — Holt, New York, 1932.
14. WILLIAM HENRY KIEKHOFFER — *Economic Principles, Problems and Policies* — Appleton-Century, New York, 1936.
15. FREDERICK BENJAMIN GARVER and A. H. HANSEN — *Principles of Economics* — Rev. ed., Ginn & Co., Boston, 1937.
16. B. W. KNIGHT — *Economic Principles on Practice* — Farrar and Rinehart, New York, 1939.
17. RALPH BLODGETT — *Principles of Economics* — Farrar and Rinehart, New York, 1941.
18. RAYMOND B. BYE — *Principles of Economics: A Restatement* — Crofts, New York, 1941.
19. LESTER V. CHANDLER — *Monetary Theory* — Harpers, New York, 1940.
20. JAMES ARTHUR ESTEY — *Business Cycles* — Prentice-Hall, New York, 1941.
21. WESLEY MITCHELL — *Business Cycles* — National Bureau of Economics, New York, 1927.
22. WELDON HOOT and WILLIAM LOUCKS — *Comparative Economic Systems* — Harpers, New York, 1938, 1943.
23. EARL RAY SIKES — *Contemporary Economic Systems* — H. Holt & Co., New York, 1940.
24. LIONEL ROBBINS — *The Great Depression* — Macmillan, New York, 1934.
25. JOHN STRACHEY — *The Coming Struggle for Power* — Covici, Friede, New York, 1933.
26. JOHN STRACHEY — *The Nature of Capitalist Crisis* — Covici, Friede, New York, 1935.

27. JOHN STRACHEY — *The Theory and Practice of Socialism* — Random House, New York, 1936.
28. LEWIS COREY — *The Decline of American Capitalism* — Covici, Friede, New York, 1934.
29. HAROLD LOEB — *The Chart of Plenty* — Viking Press, New York, 1935.
30. JOHN MAYNARD KEYNES — *The General Theory of Employment, Interest and Money* — Harcourt, Brace & Co., New York, 1935.
31. BROOKINGS INSTITUTION — *America's Capacity to Produce* — 1934.
32. BROOKINGS INSTITUTION — *America's Capacity to Consume* — 1934.
33. BROOKINGS INSTITUTION — *The Formation of Capital* — 1935.
34. BROOKINGS INSTITUTION — *Income and Economic Progress* — 1935.
35. ALVIN HARVEY HANSEN — *Economic Stabilization in an Unbalanced World* — Harcourt, Brace & C., New York, 1932.
36. ALVIN HARVEY HANSEN — *Full Recovery or Stagnation?* — W. W. Norton & Co., Inc., New York, 1938.
37. HARRY WELLINGTON LAIDLER — *Concentration of Control in American Industry* — Thomas Y. Crowell Co., New York, 1931.
38. FRANK ALBERT FETTER — *Masquerade of Monopoly* — Harcourt, Brace & Co., New York, 1931.
39. JAMES CUMMINGS BONBRIGHT and GARDINER COIT MEANS — *The Holding Company* — McGraw-Hill Book Co., Inc., New York and London, 1932.
40. ADOLF AUGUSTUS BERLE, JR. and GARDINER COIT MEANS — *The Modern Corporation and Private Property* — Commerce Clearing House, Inc., New York, 1932.
41. EDWARD CHAMBERLIN — *The Theory of Monopolistic Competition* — Harvard University Press, Cambridge, 1933-1938.
42. ARTHUR ROBERT BURNS — *The Decline of Competition* — McGraw-Hill Book Co., Inc., New York and London, 1936.
43. ALFRED L. BERNHEIM (ed.) — *Big Business, Its Growth and Its Place* — Twentieth Century Fund, Inc., New York, 1937.
44. THURMAN WESLEY ARNOLD — *The Bottlenecks of Business* — Reynal & Hitchcock, New York, 1940.
45. U. S. TEMPORARY NATIONAL ECONOMIC COMMITTEE — *Investigation of Concentration of Economic Power. Final report of Executive Secretary* — Government Printing Office, Washington, D. C.
46. CHARLES S. WYAND — *Economics of Consumption* — Macmillan, New York, 1937.
47. LELAND J. GORDON — *Economics for Consumers* — American Book Co., New York, 1939.
48. HELEN LAURA SORENSON — *The Consumer Movement* — Harper & Bros., New York and London, 1941.
49. JAMES PETER WARBASSE — *Cooperative Democracy* — Harpers, New York, 1936.
50. BERTRAM B. FOWLER — *Consumers' Cooperation in America* — Vanguard, New York, 1936.
51. MARQUIS CHILDS — *Sweden: The Middle Way* — Yale, New Haven, 1936.
52. ANDREW JOHN KRESS — *Introduction to the Cooperative Movement* — Harpers, New York, 1941.
53. ALEXANDER MORRIS CARR-SAUNDERS, P. SARGANT FLORENCE, ROBERT PEERS — *Consumers' Co-operation in Great Britain*, Harper & Bros., New York and London, 1938.
54. SIDNEY HOOK — *Towards the Understanding of Karl Marx* — John Day, New York, 1933.
55. WILLIAM JAMES BLAKE — *An American Looks at Karl Marx* — Gordon, New York, 1939.
56. HENRY B. PARKES — *Marxism: An Autopsy* — Houghton-Mifflin, Boston, 1939.
57. LOUIS MORTON HACKER — *The Triumph of American Capitalism* — Simon & Schuster, New York, 1940.
58. JOSEPH ALOIS SCHUMPETER — *Capitalism, Socialism and Democracy* — Harper & Bros., New York and London, 1942.
59. JEROME DAVIS — *Capitalism and Its Culture* — Farrar & Rinehart, Inc., New York, 1935.
60. CARL SNYDER — *Capitalism the Creator* — Macmillan Co., New York, 1940.
61. MORDECAI EZEKIEL — *Jobs for All Through Industrial Expansion* — Knopf, New York, 1939.
62. SUMNER HUBER SLICHTER — *Towards Stability* — H. Holt & Co., 1934.
63. GEORGE MARTIN PETERSON — *Diminishing Returns and Planned Economy* — Ronald Press, New York, 1937.
64. FINDLAY MACKENZIE (ed.) — *Planned Society, Yesterday, Today, Tomorrow* — Prentice-Hall, Inc., New York, 1937.
65. GEORGE BARNES GALLOWAY and ASSOC. — *Planning for America* — H. Holt & Co., New York, 1941.
66. EMILE BURNS — *Russia's Productive System* — E. P. Dutton & Co., Inc., New York, 1930.
67. CALVIN BRYCE HOOVER — *The Economic Life of Soviet Russia* — Macmillan Co., New York, 1931.
68. WILLIAM BRIAN REDDAWAY — *The Russian Financial System* — Macmillan & Co., Ltd., London, 1935.
69. L. E. HUBBARD — *Soviet Trade and Distribution* — Macmillan & Co., Ltd., London, 1938.
70. PAUL EINZIG — *Economic Foundations of Fascism* — Macmillan & Co., London, 1933.

71. WILLIAM GEORGE WELK — *Fascist Economic Policy* — Harvard Univ. Press, Cambridge, 1938.
72. ROBERT ALEXANDER BRADY — *The Spirit and Structure of German Fascism* — Viking Press, New York, 1937.
73. MRS. MAXINE SWEETZ — *The Structure of the Nazi Economy* — Harvard Univ. Press, Cambridge, 1941.
74. VASO TRIVANOVITCH — *Economic Development of Germany Under National Socialism* — National Industrial Conference Board, Inc., New York, 1937.
75. CARROLL ROOP DAUGHERTY, MELVIN G. DE CHAZEAU, SAMUEL S. STRATTON — *The Economics of the Iron and Steel Industry* — McGraw-Hill Book Co., Inc., New York, 1937.
76. ARTHUR DAVID GAYER — *Public Works in Prosperity and Depression* — National Bureau of Economic Research, New York, 1935.
77. EVELYN BURNS — *Toward Social Security: An Explanation of the Social Security Act and a Survey of the Larger Issues* — McGraw-Hill, New York, 1936.
78. PAUL DOUGLAS — *Social Security in the United States. An Analysis and Appraisal of the Federal Security Act* — McGraw-Hill, New York, 1936.
79. SEYMOUR HARRIS — *Economics of Social Security* — McGraw-Hill, New York, 1941.
80. HARRY A. MILLIS and ROYAL E. MONTGOMERY — *The Economics of Labor* — McGraw-Hill, New York, 1938.
81. JOHN MAYNARD KEYNES — *A Treatise on Money* — Harcourt, Brace & Co., New York, 1930.
82. ARTHUR MARGET — *The Theory of Prices* — Prentice-Hall, New York, 1938, 1942.
83. PAUL M. WARBURG — *The Federal Reserve System* — Macmillan, New York, 1930.
84. IRVING FISHER — *100% Money* — Adelphi Co., New York, 1936.
85. PAUL HOWARD DOUGLAS — *Real Wages in the United States — 1890-1926*, Houghton-Mifflin Co., Boston, 1930.
86. PAUL DOUGLAS and AARON DIRECTOR — *The Problem of Unemployment* — Revised, Macmillan, New York, 1939.
87. EDWARD BAKKE — *The Unemployed Man* — Dutton, New York, 1934.
88. NORMAN JOSEPH WARE — *Labor in Modern Industrial Society* — D. C. Heath & Co., Boston, 1935.
89. STERLING DENHARD SPERO and ABRAHAM L. HARRIS — *The Black Worker* — Columbia University Press, New York, 1931.
90. CLINTON S. GOLDEN and HAROLD J. RUTTENBERG — *The Dynamics of Industrial Democracy* — Harper & Bros., New York and London, 1942.
91. JACOB VINER — *Studies in the Theory of International Trade* — Harper & Bros., New York and London, 1937.
92. FRANK DUNSTONE GRAHAM — *Protective Tariffs* — Harpers, New York, 1934.
93. JOSEPH MARION JONES — *Tariff Retaliation* — Univ. of Penna. Press, Phila., 1934.
94. HAROLD THAYER DAVIS — *The Theory of Econometrics* — Principia Press, Inc., Bloomington, Ind., 1941.
95. JOHN ROGERS COMMONS — *Institutional Economics* — Macmillan Co., New York, 1934.
96. MIRIAM BEARD — *A History of the Business Man* — Macmillan Co., New York, 1938.
97. JOSEPH ALOIS SCHUMPETER — *Business Cycles* — McGraw-Hill, New York & London, 1939.
98. SEYMOUR EDWIN HARRIS — *The Economics of American Defense*, — W. W. Norton & Co., Inc., New York, 1941.
99. SEYMOUR EDWIN HARRIS — *Economics of America at War (rev.)* — 1943.
100. HENRY WILLIAM SPIEGEL — *The Economics of Total War* — D. Appleton-Century Co., Inc., New York, London, 1942.
101. EDWIN G. NOURSE — *Price Making in a Democracy* — To be published, 1943.

REVISTAS

- American Economic Review*, 1911.
- Econometrica*, 1933.
- Journal of Economic History*, 1928-1932, 1941.
- Quarterly Journal of Economics*, 1887.
- Southern Economic Journal*, 1933.